

Nacional

Legislação de combate à corrupção

Abdul Carimo "fecha os olhos" aos negócios de Guebuza com o Governo

"Não conheço tal negócio. Vocês publicaram e não tenho essa informação. Não tenho elementos para comentar ou pronunciar sobre este assunto. Não me posso basear naquilo que a imprensa diz. Se me trouxerem elementos factuais, eu vou discutir com toda a franqueza. Ora, sem elementos que me sejam factuais, eu não posso comentar" - Dr. Abdul Carimo, director da UTREL

"O país não tem défice de leis, mas sim, um défice de aplicação de leis, o que permite práticas lesivas ao interesse público. Existem leis suficientes. O problema reside na fraca aplicação das leis que possuímos" - Abdul Carimo

Foto de José Mathombe



Edwin Honoun

O director da Unidade Técnica da Reforma Legal (UTREL), Abdul Carimo, em entrevista ao Canal de Moçambique, disse que uma proposta de lei ora em divulgação, ainda na fase de preparação, coloca um acento tónico na proibição dos dirigentes do Estado de efectuar e manter negócios privados com o governo que integram, como uma das formas de combater a corrupção.

Importa referir que é sobejamente conhecida a prática de alguns membros do executivo, incluindo o próprio chefe de Estado e de Governo Armando Guebuza, através das suas empresas, intermediarem negócios do Estado com essas mesmas empresas onde têm participações pessoais ou a que estão ligadas pessoas suas subordinadas ou mesmo até parentes muito próximos. São bem conhecidos casos de empresas de que são sócios membros do Governo e vendem serviços às instituições públicas.

Há até casos em que empresas do Partido no Poder têm sociedades que prestam serviços ao próprio Governo e até estão ligadas às alfândegas em

atividades de controlo aduaneiro. Entre os casos conhecidos temos uma holding da Frelimo ligada à operação dos scanners de controlo não intrusivo nos portos e aeroportos.

Mas o caso mais notório é o que ocorreu recentemente com a compra de autocarros para os TPM ao TATA Group da Índia. Este grupo é sócio, na TATA Moçambique, de Armando Guebuza, em funções como chefe de Estado e do Governo, e de António Sumbana, ministro na Presidência. Recentemente o Governo de Moçambique adquiriu 150 autocarros de marca TATA, sem qualquer concurso público, como foi confirmado pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Paulo Zucula.

Há leis abundantes...

Abdul Carimo disse que o País não tem défice de leis, mas sim, um défice de aplicação de leis, o que permite práticas lesivas ao interesse público. Existem leis suficientes. O problema reside na fraca aplicação das leis que possuímos.

Siga a entrevista:

Canal de Moçambique (Ca-

nal): A vossa proposta prevê o conflito de interesses em que dirigentes do Estado fecham negócios do governo com empresas em que eles próprios são sócios?

Dr. Abdul Carimo: Sim, esta proibição está prevista. Os dirigentes estão proibidos de fazer negócios directos com o Estado. Agora, vamos imaginar um caso hipotético em que eu tinha uma sociedade comercial, depois tornei-me dirigente do Estado e a sociedade continua a funcionar. Amanhã, esta sociedade, por qualquer razão, vai relacionar-se com o Estado.

O que se exige é que quando assumo as funções de dirigente do Estado vou ter que me desligar completamente da sociedade e a seguir é preciso que aquela sociedade não possa contratar com os serviços que estou a dirigir, mas, nada impede que contrate com outros serviços do Estado porque estaríamos a violentar as pessoas pelo facto de eu ser dirigente. Não pode ser assim.

Há um equilíbrio muito claro relativamente a esta questão. Quanto a isso, não é relativo ao dirigente do Estado, mas, sim também à sua esposa, filhos e todos os parentes da linha colateral.

Canal: Que comentário tem sobre o negócio do Presidente da República ao vender 150 autocarros ao governo?

Dr. Abdul Carimo: Não conheço tal negócio. Vocês publicaram e não tenho essa informação. Não tenho elementos para comentar ou pronunciar sobre este assunto. Não me posso

basear naquilo que a imprensa diz. Se me trouxerem elementos factuais, eu vou discutir com toda a franqueza. Ora, sem elementos que me sejam factuais, eu não posso comentar.

Canal: Mas, a imprensa publicou o BR que ilustra que o Presidente da República detém 25 por cento da TATA Moçambique, empresa que está a importar os 150 autocarros vendidos ao governo... Que elementos mais precisa?

Dr. Abdul Carimo: Não conheço se houve ou não concurso público. Não sei se aquela circunstância especial podia ser ou não isenta do concurso. Não conheço se aquele preço foi o melhor ou não. A única informação que tenho é aquela que vocês deram segundo a qual a empresa X da qual o Presidente é accionista fez este negócio. Não sei mais nada. Em circunstância, como foi, nenhuma imprensa publicou até hoje.

Por isso digo que há um défice de investigação extremamente grave. Muitos publicam notícias para fazer confusão e vender jornais e depois não entram no detalhe, não perseguem o assunto para dar todos os elementos possíveis para a gente poder avaliar.

Canal: Foram publicados todos os elementos essenciais da notícia e com detalhes...

Dr. Abdul Carimo: Foi publicado que o Presidente da República faz parte da sociedade. Não encontrei em nenhum órgão de comunicação social se houve ou não concurso, se está ou não abrangido pela re-

gra do concurso, se foi isento do concurso, em que circunstâncias foi isento concurso, se houve ou não outros concorrentes, se houve ou não outros preços. Não tenho esta informação. Isso é diferente do caso do COJA relativamente ao mobiliário em que estiverem presentes todos os elementos que permitem fazer uma avaliação".

É de salientar que o Canal de Moçambique na altura do caso da compra pelo Governo de autocarros ao TATA Group da Índia, ouviu o ministro dos Transportes e Comunicações, Paulo Zucula, no fim de uma sessão do Conselho de Ministros e este confirmou que não houve concurso público para aquisição dos 150 autocarros TATA.

O Canal de Moçambique também publicou uma certidão que comprova que Armando Guebuza é sócio da TATA Moçambique com 25% (50 mil USD) do capital social. António Sumbana, ministro na Presidência é outro accionista da TATA Moçambique.

Pouco tempo antes da compra ter sido anunciada o presidente da República tinha estado de visita à Índia. O Conselho de Administração dos TPM foi exonerado depois da publicação de uma notícia em que foram revelados os números do negócio, tendo-se alegado outras razões.

A direcção dos TPM também revelara dias antes de ser exonerada que os autocarros adquiridos seriam assistidos pela TATA Moçambique. E dias antes revelara também que os preços dos bilhetes de transporte deveriam subir para 17 Meticais para que a empresa fosse rentável. (Canal de Moçambique)